

# CONTRADIÇÃO NA FORMULAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO TRABALHADOR PROFESSOR NOS CURSOS DE LICENCIATURAS DA UFT e IFTO

CONTRADICTION IN THE FORMULATION AND EFFECTIVENESS OF THE TEACHER TRAINING POLICY IN THE LICENSE COURSES AT UFT AND IFTO

CONTRADICCIÓN EN LA FORMULACIÓN Y EFICACIA DE LA POLÍTICA DE FORMACIÓN DEL PROFESORADO EN LOS CURSOS DE LICENCIATURA DE LA UFT Y EL IFTO

## Roberto Francisco de Carvalho

Doutor em Educação (UFG/Brasil); Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins (UFT) nos Cursos de Filosofia e Teatro e Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-graduação Profissional e Educação (PPPGE/UFT). Pesquisador vinculado: ao Grupo de Estudo e Pesquisa Práxis Socioeducativa e Cultural; ao Observatório de Sistemas e Planos de Educação do Tocantins (ObsSPE); e à Rede Universitárias/Br. [carvalho1917@gmail.com](mailto:carvalho1917@gmail.com)

 0000-0001-7278-181X

## Doracy Dias Aguiar de Carvalho

Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UNB/Brasil). Assistente Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa Práxis Socioeducativa e Cultural da UFT e ao Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social. (GEPEDSS/UNB). [doracy2008@gmail.com](mailto:doracy2008@gmail.com)

 0000-0001-6992-1615

## Pollyana Vieira de Abreu

Especialista em Administração de Sistemas de Informação pela Universidade Federal de Lavras/UFLA/MG. Graduada em Tecnologia de Processamento de Dados pela Universidade do Tocantins (Unitins). Cursando Mestrado Profissional em Educação na UFT. Servidora da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Práxis Socioeducativa e Cultural [pollyana.vieira.abreu@ufnt.edu.br](mailto:pollyana.vieira.abreu@ufnt.edu.br)

 0009-0002-5468-7912

Correspondência: Quadra 309 Sul, QI 20, Rua 16, Lote 9 – CEP.: 77015520 – Palmas/Tocantins.

Recebido em: 01/04/2024

Aceito em: 01/09/2024

Publicado em: 30/11/2024

## RESUMO:

A temática que problematizamos e refletimos no presente artigo circunscreve-se ao debate sobre a formação do professor trabalhador na tensão entre o pensado e o realizado nos cursos de Licenciaturas da UFT e IFTO. Objetivamos explicitar a contradição entre a formulação e a realização formativa em relação à formação do professor trabalhador, tendo como ilustração os Cursos de Licenciaturas em Filosofia da UFT e Computação do IFTO. O estudo, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, buscou apreender a tensão formativa entre as dimensões técnico-instrumental e ético-política dos cursos em estudo e, na perspectiva crítico-dialética, apreender a materialidade empírica relativa à política de formação de professores nas duas instituições estudadas. Resultou do esforço teórico-prático empreendido a explicitação da contradição entre a formulação e efetivação formativa dos professores trabalhadores no âmbito da UFT e do IFTO, desvelando um alto índice de evasão e demorado tempo para os alunos persistentes concluírem o curso. Tal realidade é condicionada por elementos externos e internos que requer, para superar os obstáculos internos e mitigação dos externos, a adoção de política institucional adequada à realidade apresentada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política de formação de professores da UFT e IFTO; Cursos de Licenciaturas; Acesso e permanência; Obstáculos formativos; Repercussões ao currículo e ao ensino aprendizagem.

## Introdução

O presente artigo apresenta parte dos resultados do projeto de pesquisa acerca da “abordagem teórico-prática da política e gestão da educação básica e superior na perspectiva da filosofia da práxis”. Referenciado em outros dois subprojetos de pesquisa

vinculados ao projeto maior<sup>1</sup>, o texto em pauta objetiva explicitar a contradição entre a formulação e a realização formativa em relação à formação do professor trabalhador em cursos de licenciatura da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Instituto Federal de Educação do Tocantins (IFTO). Busca, ainda, apontar elementos para compor um quadro de diretrizes que possa contribuir na mitigação da desistência dos estudantes trabalhadores nos cursos de licenciatura estudados, tendo em vista a necessidade da formação de professores para o desenvolvimento de ensino aprendizagem de qualidade.

O estudo buscou apreender as dimensões ético-política e técnico-instrumental formativas dos cursos em questão na perspectiva crítico-dialética na qual o movimento do pensamento buscou apreender a materialidade empírico-histórica (Marx, 1982; Bardin, 1977) relativa à permanência dos estudantes trabalhadores nos cursos de licenciaturas no âmbito da UFT e do IFTO (Carvalho, Carvalho & Macêdo, 2023; Abreu, 2024).

O estudo apresenta o diagnóstico realizado entre 2010 e 2022 abrangendo o quantitativo de alunos ingressantes e concluintes nos cursos de Licenciaturas da UFT e IFTO e evidencia, como ilustração, os Cursos de Filosofia do Campus de Palmas/UFT e de Computação do Campus de Colinas/IFTO. O texto está estruturado em 1) introdução – que contempla os objetivos, material e método; resultados e discussão, que abrange a revisão bibliográfica e a pesquisa documental sintetizadas nos itens 2) Política de formação de professores no Brasil e suas repercussões para as licenciaturas da UFT e do IFTO: escopo de análise possível; 3) O direito à formação de professores nos Cursos de Licenciatura da UFT e do IFTO: proposição e condições de realização; e, por fim, as Considerações gerais do estudo realizado (item 4), seguidas das referências bibliográficas (item 5).

## **Política de formação de professores no Brasil e suas repercussões para as licenciaturas da UFT e do IFTO: escopo de análise possível**

Na perspectiva do método marxiano, para compreender, efetivamente, algum aspecto ou fenômeno social, como os aspectos educacionais, é preciso primeiro analisar a realidade pesquisada (concreto aparente) como um todo para depois entender suas respectivas especificidades, como defende Marx.

... O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento

---

<sup>1</sup> O presente artigo retoma, aprofunda e amplia os conhecimentos sobre a temática abordada em dois artigos (Carvalho, Carvalho & Macêdo, 2023; Carvalho, Aguiar de Carvalho & Aranha, 2023) e um capítulo de livro (Carvalho, Souza & Aguiar de Carvalho, 2023).

como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também, da intuição e da representação (Marx, 1982, p. 14).

Para o referido autor inicialmente considera-se o todo para se estudar uma parte específica, partindo-se de sua base empírica, ou seja, da realidade objetiva do objeto, fenômeno, coisa, sociedade, entre outros. O pensamento, a partir do real (empírico), parte do mais simples ao mais complexo, isto é, das partes ao todo, pois o todo ganha sentido significativo por meio das partes – o individual e particular – que existe na conexão com o universal. Desse movimento contraditório chega-se ao concreto pensado, entendido como síntese multideterminada.

Assim, para compreender a formação de professores na UFT e IFTO, especificamente nos cursos de Licenciaturas e Filosofia da UFT/Campus de Palmas e do IFTO/ campus de Colinas do Tocantins analisamos a formação de professores no Brasil (Gatti, 1997; Mendes, 2002; Saviani, 2008; 2009; Silva Jr, 2003; Carvalho; Carvalho; Macêdo, 2023). Como apontam Carvalho; Carvalho e Lagares (2019, p.13) “... são muitas as evidências de que a formação/participação de professores no Brasil ocorre em uma perspectiva instrumental em que a dimensão formativa econômico-corporativa se sobressai embasada mais pelos critérios de eficiência e eficácia do que pelos critérios de efetividade e relevância cultural.”

A formação unidimensional no âmbito dos Cursos de licenciatura impede que o professor se realize como intelectual orgânico e possa contribuir para que seus alunos – futuros professores da educação básica – desenvolvam uma visão crítica da educação e compreendam a natureza contraditória das práticas sociais que servem à manutenção da “ordem” social capitalista. Tal visão pode ser utilizada, também, como ferramenta de transformação social e de construção de uma nova sociabilidade menos desigual e mais justa. A dimensão ético-política da formação – pautada nos critérios de efetividade e relevância – torna-se, assim, essencial para a constituição do trabalhador professor, organizador cultural para o desenvolvimento pleno dos seus futuros alunos, abarcando, portanto, as dimensões técnica e ético-política. Depreende-se do exposto o entendimento de que a formação dos professores trabalhadores, sob a perspectiva da efetividade político-cultural, é, atualmente, mais do que um desejo, uma necessidade frente aos complexos desafios formativos impostos pela sociedade, em geral, e os sistemas educacionais, em particular.

A educação escolar e as demais formas de relações sociais, como afirmam Carvalho, Carvalho & Lagares (2019), se apresentam como um espaço de luta, emancipação e humanização da classe trabalhadora. O cenário educacional, neste

sentido, se apresenta como um espaço de disputas político-educacionais que necessitam ser compreendidas pelo futuro professor no decorrer de sua formação de modo que este possa contribuir melhor na formação dos futuros alunos como cidadãos ativos, social e politicamente, e não apenas como meros trabalhadores, executores de tarefas. Em outras palavras,

... o professor precisa tomar consciência do lugar que ocupa no mundo enquanto grupo social e do papel que assume enquanto intelectual no processo formativo das escolas públicas, tendo o aluno com relativa autonomia acerca de sua formação e não como pura passividade .... Esta é a tarefa fundamental que os professores da classe trabalhadora devem enfrentar, que não se trata apenas de qualificar o educando para uma função técnica para o trabalho, mas formá-lo como cidadão, com as possibilidades de ser governante, assumindo o processo formativo, uma função política preponderante (Carvalho, Carvalho & Lagares, 2019, p. 10).

Na continuidade do raciocínio apresentado, os mesmos autores afirmam que a formação de professores como intelectuais orgânicos na tarefa formativa fortalecedora da hegemonia nacional-popular precisa ser realizada na perspectiva da classe trabalhadora. Assim, formar professores nessa lógica é prepará-los para a disputa de concepções e práticas pedagógicas desalienantes e desideologizantes, ou seja, crítica e transformadora.

Neste sentido, a formação do professor trabalhador com enfoque ético-político pode contribuir para avanços significativos no âmbito educacional, pois permite problematizar a preponderância da instrumentalidade formativa sobre a efetividade político-cultural, o que tem dificultado as possibilidades de aprofundamento da formação pedagógica emancipadora. Educar na perspectiva unilateral com foco preponderante na instrumentalidade formativa, embora eficiente e eficaz, limita o professor a reproduzir as técnicas aprendidas. Além disso, o exime da formação político-cultural que, se lhe fosse assegurada, muito acrescentaria à sua formação, além de lhe possibilitar contribuir para o avanço educacional contínuo na condição de agente de uma prática educativa libertadora (Freire, 2005) que não apenas reproduz os métodos de ensino, mas, também, os desenvolve e os questione dialeticamente como prática social contraditória.

Sob o ponto de vista teórico-prático, conforme Silva Jr (2003), a formação instrumentalizadora esteve historicamente relacionada à forma de produção e reprodução da sociedade capitalista. Assim, a problemática da formação de professores no Brasil, em geral, e nos Cursos de Licenciatura na UFT e UFTO é inerente à própria lógica formativa da sociedade capitalista (Ghiraldelli Jr, 1997; Carvalho, Lagares &

Fernandes, 2017). Tal lógica exige uma formação multifuncional, flexível e prática, executada de maneira aligeirada e justificada pela busca da eficiência e da praticidade pedagógica (Antunes, 1999; Carvalho, Carvalho & Lagares, 2019).

Em uma direção contraditória e superadora da lógica estritamente unilateral formativa, a formação de professores em seu sentido ampliado, que prioriza o professor como intelectual orgânico (Carvalho & Mancebo, 2019), não coaduna com a perspectiva de formação realizada na atualidade pela sociedade capitalista, pois formar professores é prepará-los para o amplo e complexo cenário de disputas pedagógicas da área da educação (Carvalho, Lagares & Aguiar de Carvalho, 2022). Isto significa não apenas fazê-los compreender o papel que desenvolvem na sociedade, mas, também, torná-los preparados a ensinarem seus alunos a compreenderem, igualmente, seus papéis, mostrando-lhes a diferença que eles, como articuladores pedagógicos, podem fazer na sociedade. Não se trata de simples certificação prática; por isso é essencial um tempo formativo maior e a garantia das condições necessárias ao processo formativo, visto que a maior parte dos estudantes dos Cursos de Licenciatura – como ilustrado nos Cursos de Licenciatura em Filosofia da UFT/Campus de Palmas e Computação do IFTO/ Campus de Colinas – é, também, trabalhadora e, em grande medida, desprovida de capital financeiro necessário a sua permanência no curso (Carvalho, Lagares & Aguiar de Carvalho, 2020).

### O direito à formação de professores nos Cursos de Licenciaturas da UFT e do IFTO: proposição e condições de realização

Em relação à UFT, no que se refere à formação de professores nos Cursos de Licenciatura pautados neste texto, conforme o objetivo geral da pesquisa, atentamos para os números de ingressantes e formandos no período estudado (2010-2019). Buscamos entender se os alunos estão se formando no período ideal em relação ao prazo estabelecido pela UFT: tempo mínimo de oito semestres ou quatro anos e tempo máximo permitido de 12 semestres ou seis anos.

**QUADRO 1** – Percentual de evasão relativa e formatura discente por campus da UFT no período de 2010-2019

Evasão/ Formatura*	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Média
Araguaína	2,4%	7,2%	14,0%	15,7%	10,8%	25,2%	11,3%	16,7%	12,5%	14,7%	14,5%
	51,3%	339,8%	29,2%	26,5%	48,2%	46,2%	40,3%	37,2%	49,4%	48,0%	84,69%
Arraias	3,9%	7,3%	6,1%	11,0%	10,2%	4,0%	9,4%	3,1%	16,1%	15,2%	8,6%
	55,5%	15,9%	24,7%	24,6%	53,5%	21,4%	31,1%	30,6%	51,7%	40,5%	34,9%
Miracema	2,8%	4,7%	5,5%	7,2%	1,3%	17,0%	10,7%	8,1%	2,1%	18,3%	7,7%

	3,2%	3,6%	52,4%	21,2%	60,0%	25,0%	25,0%	19,5%	47,3%	59,6%	31,68%
Palmas	1,9%	4,2%	4,2%	3,2%	9,0%	29,3%	9,1%	25,8%	22,0%	25,6%	13,4%
	11,4%	12,3%	19,8%	23,2%	40,1%	38,9%	26,4%	38,2%	48,4%	36,6%	29,53%
Porto Nacional	3,5%	7,9%	5,5%	7,6%	4,1%	2,9%	8,8%	25,3%	13,7%	15,44%	9,4%
	35,7%	14,1%	49,7%	29,9%	64,8%	42,7%	40,9%	32,2%	50,8%	44,22%	40,5%
Tocantinópolis	3,3%	4,5%	7,6%	3,7%	16,3%	21,5%	11,6%	15,4%	13,8%	10,3%	10,8%
	6,3%	22,6%	15,8%	6,9%	24,3%	16,0%	20,9%	29,6%	54,0%	28,4%	22,4%

\*Em relação a cada um dos *campus* universitários a primeira linha refere-se ao percentual de evasão relativa à saída do curso/campus e a segunda linha diz respeito ao percentual de formatura, por ano, no período analisado.

Fonte: Carvalho, Carvalho & Macêdo, 2023.

Esse prazo, entretanto, está distante de ser alcançado, como é demonstrado no quadro 1 (Macedo, 2021; Carvalho, Carvalho & Macêdo, 2023) e detalhado nos quadros 2, 3 e 4, visto que a maioria dos alunos não realiza a formatura em tempo ideal, nem no tempo máximo estabelecido.

**QUADRO 2 – Percentual de formação discente por campus da UFT no período de 2010-2019**

Campus	Média de formatura
Araguaína	84,69%
Arraias	34,9%
Miracema	31,68%
Palmas	29,53%
Porto Nacional	40,5%
Tocantinópolis	22,4%

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório de Pesquisa de Macêdo (2021).

**QUADRO 3 – Cursos de Licenciaturas da UFT com maior percentual de formatura discentes no período de 2010-2019**

Campus	Cursos	Média de formatura
Araguaína	Matemática	279,1%
Arraias	Matemática	77,8%
Miracema	Pedagogia	58,0%
Palmas	Pedagogia	55,5%
Porto Nacional	Letras	51,0%
Tocantinópolis	Ciências Sociais	60,5%

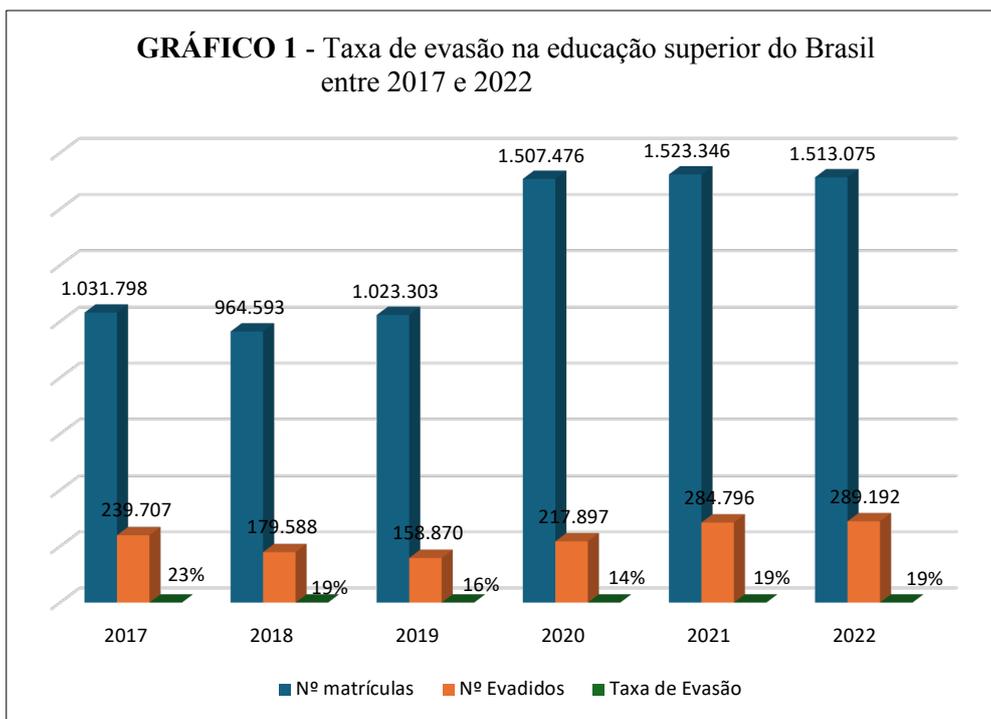
Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório de Pesquisa de Macêdo (2021).

**QUADRO 4 – Cursos de Licenciaturas da UFT com menor percentual de formatura discentes no período de 2010-2019**

Campus	Cursos	Média de formatura
Araguaína	Física	16,5%
Arraias	Educação do Campo	7,6%
Miracema	Educação Física	5,3%
Palmas	Filosofia	12,2%
Porto Nacional	Letras Libras	7,8%
Tocantinópolis	Educação Física	6,1%

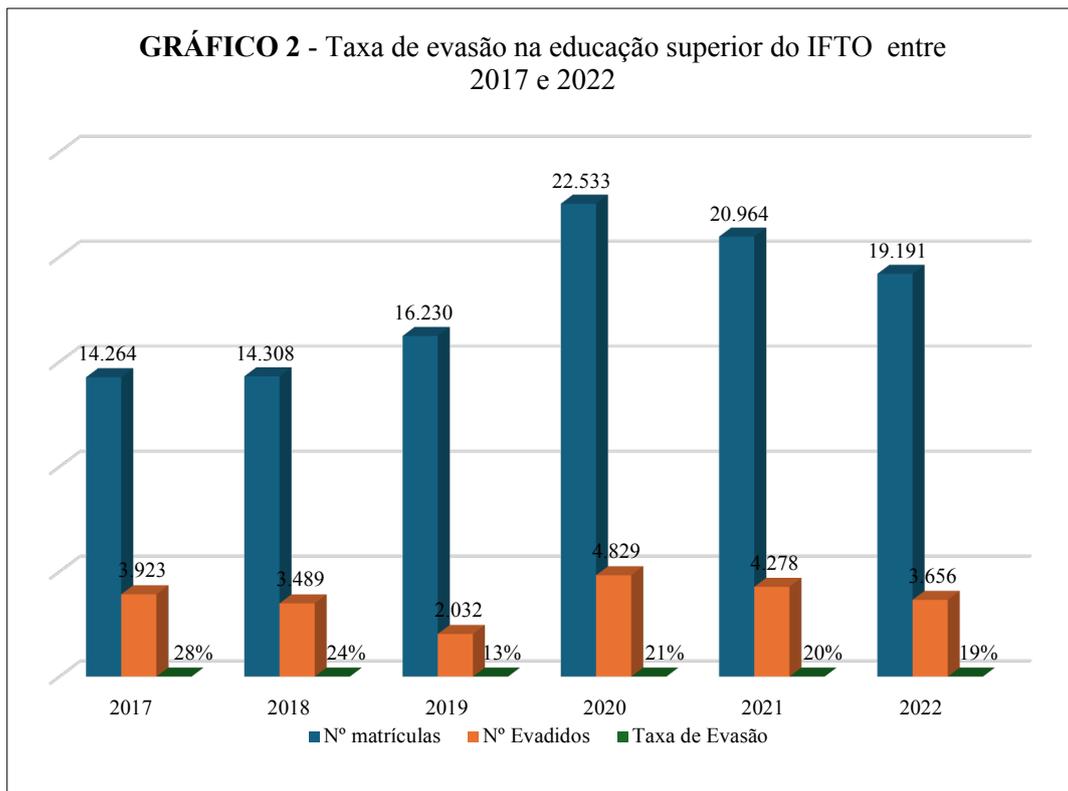
Fonte – Elaboração dos autores a partir do Relatório de Pesquisa de Macêdo (2021).

Os dados dos quadros 1, 2, 3 e 4 (2010-2019) expressam a realidade da evasão dos estudantes nos cursos de Licenciaturas da UFT que fica um pouco abaixo da realidade brasileira quando comparada com os dados gerais sobre matrículas e evasão, como expressa o gráfico 1 (2017-2022) a seguir.



Fonte: Brasil/MEC (2024).

Em relação ao IFTO, considerando somente a evasão, excluindo as desistências temporárias, constatamos que a taxa média de alunos que evadiram permanentemente dos cursos entre 2017 e 2022 nos seus quatro campus universitários é de 21%. Por sua vez, a taxa significativa de abandono do curso pesquisado situa-se um pouco acima da média nacional, de 18%, conforme os dados do gráfico 2.



Fonte: Brasil/MEC (2024).

Em geral, constatamos que as dificuldades de permanência dos estudantes nos cursos de Licenciatura da UFT e IFTO não é muito diferente da realidade brasileira. Em relação aos dois cursos estudados e expressos como ilustração neste artigo – Cursos de Licenciaturas em Filosofia da UFT e Computação do IFTO – a situação do acesso e permanência é preocupante e desafiadora para os gestores e formuladores das políticas educacionais das referidas instituições, conforme os dados expostos no item seguinte.

### **Realidade da permanência do aluno trabalhador nos Cursos de Licenciaturas em Filosofia da UFT e Computação do IFTO**

De acordo com os dados levantados por Carvalho, Aguiar de Carvalho e Aranha (2023) são visíveis as dificuldades de permanência dos estudantes trabalhadores no Curso de Licenciatura em Filosofia da UFT e, também, de conclusão da graduação no tempo ideal estabelecido pela instituição. Sobre esta afirmação, ainda conforme os autores mencionados, no período entre 2010 e 2019 a média de evasão do Curso foi de 72%, seis vezes maior do que a taxa de formatura, que ficou na casa dos 12%, como mostra o quadro seguinte.

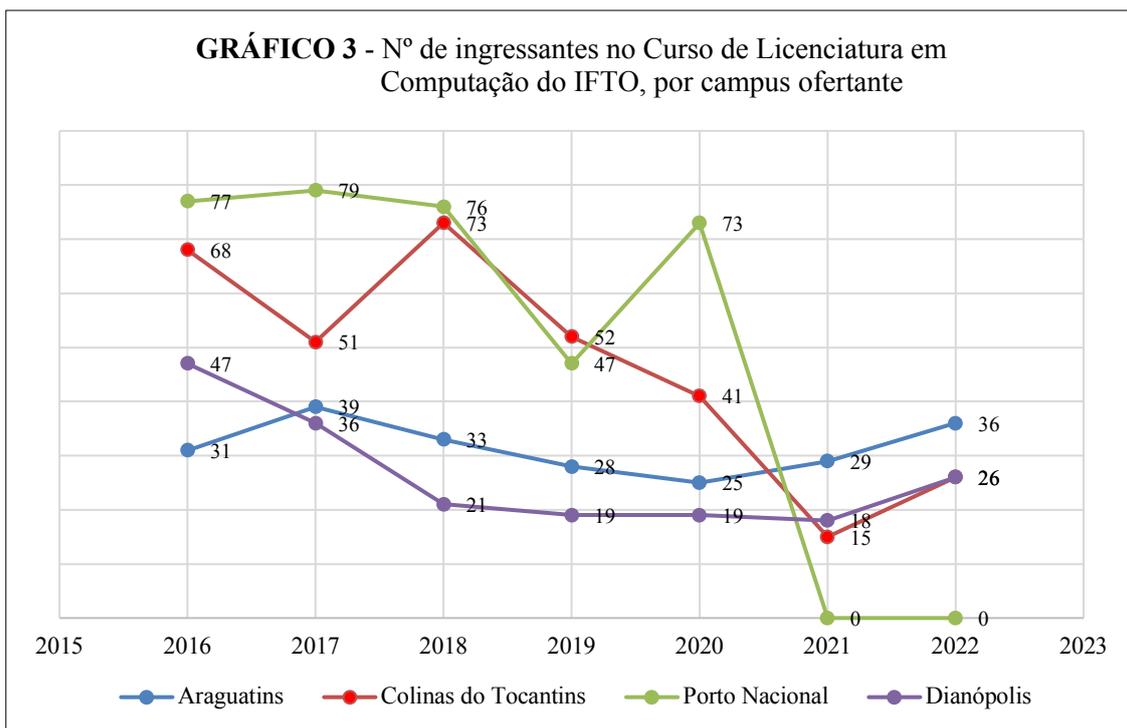
<b>QUADRO 5 – Percentual sintetizado de formação discente em tempo ideal no Curso de Licenciatura em Filosofia do Campus de Palmas entre 2010-2019</b>		
<b>CAMPUS DE PALMAS</b>		
<b>LICENCIATURA EM FILOSOFIA</b>		
<b>Situação</b>	<b>Período de 10 anos</b>	
	<b>Soma</b>	<b>Média</b>
<b>Ingressantes</b>	755	76
<b>Evasão</b>	512	51
	722%	72%
<b>Formatura</b>	88	09
	120%	12%

FONTE: Elaboração dos autores com base em Carvalho, Aguiar de Carvalho e Aranha (2023).

Tomando como referência o Projeto Pedagógico que criou o Curso (UFT/PPC/Filosofia, 2009), a maioria dos alunos do Curso de Licenciatura em Filosofia não realiza a formatura em tempo ideal de oito semestres ou quatro anos, nem no tempo máximo permitido de 12 semestres ou seis 6 anos. Constatamos, pelos dados expostos no quadro 5, que a maioria dos alunos abandona o curso e a minoria que realiza a formatura, aparentemente, a faz com atraso em relação ao tempo ideal expresso no PPC do Curso.

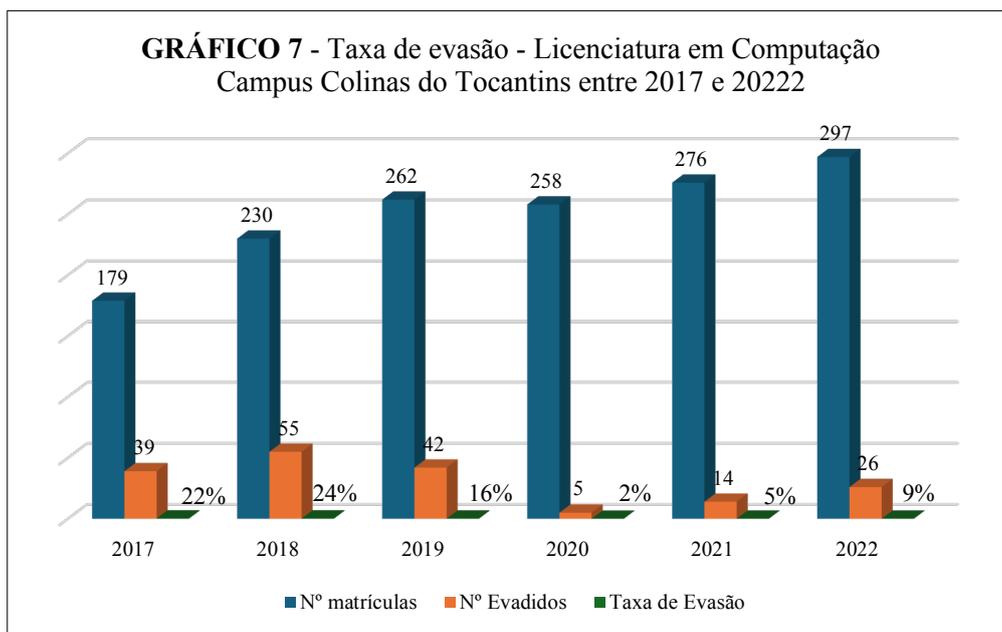
Os dados apresentados sugerem que os estudantes encontram obstáculos para permanecer estudando, considerando o número médio de 76 ingressantes por ano e o número médio de nove formaturas por ano. O estudo indica que algo está faltando para que o estudante, pretendente a professor de Filosofia na educação básica, possa continuar estudando. Pelo exposto, o que foi planejado em relação ao Curso de Licenciatura – conclusão de 90% dos estudantes no final de cinco anos – aparentemente, está bem distante da realidade concreta vivenciada.

Quanto aos Cursos de Licenciatura do IFTO a situação também merece atenção, tanto no que se refere ao acesso quanto à permanência do estudante no curso em que foi matriculado. No gráfico 3 podemos verificar os ingressos, por campus ofertante, do curso de Licenciatura em Computação no referido Instituto. No curso em pauta, ofertado pelo Campus de Colinas do Tocantins, notamos uma queda no ingresso, desde 2018, em relação aos demais campus, com exceção do Campus Porto Nacional, que encerrou a oferta do curso em 2021.



FONTE: Elaboração dos autores a partir dos dados da Plataforma Nilo Peçanha: Indicadores de Gestão/IFTO e Estatísticas do Censo da Educação Superior, 2024.

Constatamos, a partir dos dados apresentados, que tem havido um decréscimo na procura pelos cursos de licenciaturas, em geral, com repercussões para a realidade do Tocantins, abrangendo os cursos ofertados no IFTO, entre eles o Curso de Licenciatura em Computação.



Fonte: Brasil/MEC (2024).

Em relação ao Curso de licenciatura em Computação do Campus de Colinas/TO, a média de evasão relativa, excluindo as desistências temporárias e transferências, é de 13%, bem abaixo da média geral dos demais cursos do IFTO (Gráfico 2). Chamamos a atenção para a diminuição significativa da taxa de evadidos nos anos de 2020 e 2021, período da pandemia causada pela Covid-19, taxa essa, aparentemente, reduzida pela flexibilização da frequência e demais aspectos pedagógicos favoráveis aos estudantes.

Ainda sobre o Curso em análise, a taxa média de evasão e formatura no período estudado (2016-2022) é extremamente preocupante posto que está bem acima da média nacional, exigindo uma atenção especial para o curso continuar funcionando.

<b>QUADRO 6 – Dados detalhados sobre ingresso, evasão absoluta e formatura no Curso de Computação IFTO/Campus de Colinas entre 2016-2022</b>		
<b>Categorias de análise**</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
<b>Ano de 2016</b>		
Ingressantes*	92	102% de 100%
Desistência definitiva (evasão anual)	2	2%
Desistência provisória anual	63	70%
Formatura anual	6	7%
<b>Ano de 2017</b>		
Ingressantes	90	100%
Desistência definitiva (evasão anual)	76	84%
Desistência provisória anual	3	3%
Formatura anual	6	7%
<b>Ano de 2018</b>		
Ingressantes	90	100%
Desistência definitiva (evasão anual)	63	70%
Desistência provisória anual	12	13%
Formatura anual	1	1%
<b>Ano de 2019</b>		
Ingressantes	88	98% de 100%
Desistência definitiva (evasão anual)	68	77%
Desistência provisória anual	3	3%
Formatura anual	0	0%
<b>Ano de 2020</b>		
Ingressantes	45	50% de 100%
Desistência definitiva (evasão anual)	34	76%
Desistência provisória anual	4	9%
Formatura anual	0	0%
<b>Ano de 2021</b>		
Ingressantes	32	36% de 100%

Desistência definitiva (evasão anual)	19	59%
Desistência provisória anual	3	9%
Formatura anual	0	0%
<b>Ano de 2022</b>		
Ingressantes	27	100%
Desistência definitiva (evasão anual)	14	52%
Desistência provisória anual	0	0%
Formatura anual	0	0%
<p>* O número de ingressantes no Curso de Computação, por semestre, é de 45 e por ano é de 90 estudantes.</p> <p>** Os dados relacionados neste quadro correspondem aos números referentes aos alunos que ingressaram em cada ano. Assim, em relação aos 92 estudantes que ingressaram em 2016: dois tiveram desistência definitiva (evadiram); 63 desistiram provisoriamente e 6 formaram até o momento.</p>		
<p>Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP) emitidos em julho/2024.</p>		

De acordo com o quadro 6, a evasão no Curso de Computação do IFTO, Campus de Colinas do Tocantins, ocorrida entre 2016 e 2022, é de 60% e o número de alunos formados até o presente momento é de 13 estudantes. Os dados evidenciam uma alta taxa de evasão e uma baixíssima taxa de formatura, expressando, ainda, além da dificuldade de permanência no Curso, uma queda significativa de ingressantes nos anos de 2020, 2021 e 2022, que contabilizaram, respectivamente 45, 32 e 27 estudantes/ano.

### **Condições necessárias à permanência do estudante trabalhador na universidade**

Conforme a discussão teórica realizada anteriormente, a lógica do capital exige um novo trabalhador, como é o caso do professor, que, na concepção do neoliberalismo de mercado, passou a ser formado na perspectiva da flexibilidade, multifuncionalidade e polivalência (Carvalho, Lagares & Fernandes, 2017) por meio do estabelecimento de tempos formativos idealizados e pensados para alunos com condições adequadas de realização.

Formar professores em sentido ampliado, como intelectual orgânico, organizador da cultura formativa conforme a escola postulada por Gramsci (2006), entretanto, não coaduna com a perspectiva de formação que a produção e reprodução da sociedade capitalista requer, pois esta demanda um professor flexível, empreendedor e qualificado para preparar seus educandos a viverem em um mundo incerto e sem possibilidades, em que os aspectos sociais estruturantes são escamoteados pela supervalorização dos elementos de ordem técnica (Carvalho, Lagares & Aguiar de Carvalho, 2020).

Em se tratando da UFT, em grande medida, os Cursos de Licenciatura estudados, aparentemente, foram planejados em uma perspectiva técnico-instrumental, de modo

que sejam integralizados em um tempo ideal que desconsidera os aspectos políticos, sociais e culturais como parte fundante da práxis educativa. Entretanto, a docência precisa ultrapassar os aspectos técnicos, posto que a necessidade da criatividade, do pensamento crítico e da inserção sociocultural não deve ser prescindida no processo formativo sob pena de se promover uma educação com visão ingênua e centrada na perspectiva unilateral tecnicista, isolada de seu contexto histórico-social (Carvalho, Lagares & Aguiar de Carvalho, 2020).

Considerando os dados expostos no presente texto, constata-se que nos Cursos de Licenciatura da UFT, até mesmo a formação do tipo instrumental tem encontrado dificuldades para se efetivar. Além das dificuldades econômica, social e cultural externas à universidade – falha na tomada de decisão em relação ao curso; dificuldades escolares; descontentamento com o curso e a futura profissão; distância entre domicílio e universidade; assistência estudantil e atividades de pesquisa e extensão; problemas pessoais – também se apresentam como obstáculos à formação as precárias condições materiais e político-pedagógicas internas à universidade: estrutura física, disponibilidade de equipamentos de informática, laboratórios de ensino, qualidade do espaço físico; entre outros aspectos. Estas são condições básicas indispensáveis para que o estudante possa participar, efetivamente, do curso e ser formado no tempo mínimo necessário (Pavão, 2014).

**QUADRO 7 - Obstáculos à formação e proposta de diretrizes para o enfrentamento institucional das dificuldades de permanência estudantil nas licenciaturas**

<b>EXTERNO (econômica, social e cultural)</b>	<p><b>Obstáculos concernentes ao ambiente externo que fogem ao controle institucional, mas que o afetam profundamente</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Falha na tomada de decisão por parte do estudante em relação ao curso devido à falta de informação ou outros fatores pessoais.</li> <li>2) Dificuldades escolares relacionados aos conteúdos não assimilados na educação básica e à metodologia adotada pelos professores.</li> <li>3) Descontentamento com o curso e a futura profissão pelo não reconhecimento social e econômico-profissional.</li> <li>4) Distância entre domicílio e universidade, causando dificuldades em frequentar o curso.</li> <li>5) Assistência estudantil insuficiente para assegurar a participação do estudante nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.</li> <li>6) Problemas pessoais vinculados ao convívio e constituição familiar e à saúde.</li> </ol>
---	--

<p><b>INTERNO</b>          (condições          materiais e          político-          pedagógicas)</p>	<p><b>Precariedade do ambiente interno ou institucional em relação a:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Estrutura física para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão e convívio institucional diário;</li> <li>2) Equipamentos de informática, materiais didáticos e equipamentos culturais, em geral;</li> <li>3) Laboratórios de ensino, pesquisa e extensão necessários ao desenvolvimento do processo formativo no decorrer do curso.</li> <li>4) Qualidade do espaço físico de realização das aulas e outras práticas sociais diárias como as culturais, esportivas e de convivência diária;</li> <li>5) Outros aspectos como o atendimento psicológico, didático-pedagógico e de saúde suficientes e ágeis à vida estudantil saudável.</li> </ol>
<p><b>Exigências à          adoção de          Políticas          institucionais          concretas para          a superação          dos obstáculos          internos e          mitigação dos          externos</b></p>	<p>Sem desconsiderar a necessidade de políticas educacionais estruturantes para educação brasileira, incluindo as licenciaturas, <b>são necessárias políticas institucionais voltadas para:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Reestruturação da formação de professores por meio da elaboração de uma política específica para os Cursos de Licenciatura que contemple diretrizes, ações concretas e financiamento real;</li> <li>2) Reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de modo a adequá-los às demandas da educação básica e à realidade do estudante, mas, sem perder a qualidade formativa que abranja as dimensões técnico-instrumental e ético-políticas.</li> <li>3) Garantia das condições materiais de acesso e permanência dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, incluindo auxílio financeiro (bolsa fixa) enquanto durar o curso.</li> <li>4) Melhoria das condições de realização do trabalho pedagógico por parte dos professores no que se refere aos espaços, materiais e apoio à saúde do trabalhador.</li> <li>5) Valorização do trabalho docente no processo de ensino, pesquisa, extensão e gestão por meio da garantia de um aditivo financeiro aos professores que atuam na formação de professores.</li> <li>6) Redefinição do currículo e do processo de ensino aprendizagem nos cursos de Licenciaturas calibrando as dimensões formativas técnico-instrumental e ético-política.</li> </ol>
<p>FONTE – Quadro elaborado pelos autores referenciado nos achados da pesquisa que originou o presente artigo.</p>	

A proposta intencional de formação em determinado tempo, percentual e velocidade é insuficiente, a exemplo do que preceitua o REUNI – que vislumbrou elevar progressivamente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial para 90% ao final de cinco anos (Carvalho, Lagares & Fernandes, 2017) –, posto que os obstáculos internos e externos necessitam ser, efetivamente, considerados e enfrentados. Para além do planejado, os dados aqui apresentados evidenciam que a realidade prática não se mostrou efetiva, pois a maioria dos alunos não realiza a formatura em tempo

ideal e nem no tempo máximo permitido. Ademais, grande parte dos discentes evade dos cursos antes da conclusão, explicitando que, sem criar as condições externas e internas à instituição, o planejado encontra obstáculos conjunturais e estruturais para se efetivar.

Entendemos que não é suficiente definir as normas burocraticamente, estabelecer diretrizes e prazos para a realização da formação. Articulado a estes aspectos parece ser necessária a criação das condições materiais, institucionais, políticas e ideológico-pedagógicas que viabilizem a realização da formação pelos estudantes, futuros professores (Carvalho; Aguiar de Carvalho, 2019).

Semelhante à realidade nacional, no caso da formação de professores da UFT, o que tem sido planejado e transformado em diretrizes, aparentemente, não considerou as condições socioeconômicas dos estudantes. Mais que isto, sinaliza para a não criação das condições materiais, institucionais e político-pedagógicas compatíveis com a proposta formativa idealizada, expressando assim que a práxis articuladora da vontade e das condições para a realização (Gramsci, 2006) das políticas educacionais precisa ser recolocada como prioridade na UFT.

Comparativamente, a situação da permanência no Curso de Licenciatura em Computação do IFTO/Campus de Colinas aparenta ser tão preocupante quanto à situação do Curso de Filosofia da UFT. Os dados levantados também sinalizam para a existência e o enfretamento de desafios semelhantes por parte dos dois estudados, o que, certamente, repercute na formação do professor trabalhador, negando-lhe um direito humano essencial que, conseqüentemente, impacta na formação dos alunos da classe trabalhadora no âmbito da educação básica.

A garantia do direito ao acesso ao curso de Licenciatura em Computação é essencial para a formação de professores que desejam lecionar disciplinas relacionadas à informática e tecnologia nas escolas. Na era digital em que a tecnologia está fortemente presente nas práticas sociais, ter professores melhor preparados nessa área pode proporcionar aos alunos o entendimento e as habilidades necessárias para lidar com as demandas tecnológicas da sociedade, preparando-os para o desenvolvimento humano, a cidadania e o mundo do trabalho. Neste sentido, na contemporaneidade, o conhecimento na área da computação educativa é importante, pois incentiva e motiva à inovação e à criatividade em relação às tecnologias educacionais que sejam capazes de contribuir para a concretização de um currículo formativo amplo e de um processo de ensino aprendizagem ativo e criativo para a educação básica. Como a computação está ligada a diversas áreas do conhecimento, os professores dessa área podem ser

importantes na abordagem interdisciplinar com os diversos componentes de um currículo atualizado e conectado com a realidade social do tempo presente.

Ressaltamos que o Curso de Licenciatura em Computação, em análise, tem como objetivo geral formar profissionais para atuar como professores na educação básica, em geral, que abarca o ensino médio, educação de jovens e adultos; educação profissional em seus níveis e modalidades; educação não formal; atividades diversas de apoio ao ensino; e, na resolução de problemas pertinentes aos processos educativos e de gestão (IFTO/CTO/PPC, 2018).

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins (IFTO/CTO/PPC, 2018), do IFTO, propõe um curso que possibilite aos professores em formação mobilizar as ferramentas computacionais nas suas rotinas de trabalho para fazer avançar os níveis educacionais e, conseqüentemente, o nível de empregabilidade das pessoas da região. Seu foco está na formação de pessoas atuantes, sensíveis às questões do desenvolvimento local e capazes de influenciar e inovar demandas de natureza econômica, tecnológica, socioambiental, sociocultural e educacional. O documento prevê o ingresso de 45 alunos por semestre e duração de 8 semestres. Sua primeira oferta foi em 2016/1. Entretanto, em conformidade com o quadro 6, a situação de ingresso, permanência e conclusão do Curso está muito aquém do proposto, causando preocupação para a equipe gestora do IFTO, uma vez que esta é a primeira instituição a ofertar o Curso gratuitamente, na modalidade de graduação, na cidade de Colinas do Tocantins/TO.

A análise das informações nos permite concluir que o curso de Licenciatura em Computação enfrenta desafios significativos em relação à retenção e conclusão dos alunos. A evasão pode ser causada por uma variedade de fatores, como dificuldade com o conteúdo do curso, falta de apoio acadêmico e/ou financeiro, problemas pessoais dos alunos e/ou familiares, entre outros. Os dados demonstram que instituição, aparentemente, necessita revisar suas estratégias de suporte aos alunos e identificar áreas e aspectos do processo formativo que demandem melhorias necessárias e urgentes a fim de aumentar a taxa de conclusão do curso e possibilitar a implementação do PPC, abrangendo e efetivação do currículo proposto e do processo de ensino aprendizagem.

#### **4) Considerações gerais do estudo realizado**

O estudo possibilitou sintetizar os apontamentos da formação de professores na perspectiva da filosofia da práxis por meio da tensão entre as dimensões ético-política e econômico-corporativa e analisar essas perspectivas dentro do contexto formativo-

educacional da UFT. Também explicitou a influência dos valores neoliberais na educação e na formação de professores, que é instrumentalizada sempre por uma perspectiva unilateral tecnicista, cuja prioridade é a dimensão quantitativa em relação à qualitativa.

Os documentos analisados sobre a formação na UFT não fornecem elementos expressivos que permitam afirmar sua total imersão na lógica formativa tecnicista unilateral, o que demanda maior aprofundamento dos estudos. No entanto, a análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) possibilita deduzir que a lógica formativa da UFT não difere muito do que foi discutido na seção 2, tendo em vista que a “... busca pela excelência no ensino superior é a principal meta da Pró-Reitoria de Graduação” (Carvalho, Carvalho & Macêdo, 2023). Tal meta é compatível com a visão de formação da instituição que busca “... ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão” (p. 16). Embora seja uma visão geral, a preocupação em explicitar a “excelência” formativa é consonante com os fundamentos formativos explicitados neste texto.

Acerca da formação discente em tempo ideal nos Cursos de Licenciaturas da UFT, os dados revelaram que a maioria dos alunos não realiza a formatura em tempo ideal e nem no tempo máximo permitido, pois grande parte evade dos cursos antes da sua conclusão. Situação semelhante ocorre no curso de Licenciatura em Computação do IFTO/ Campus de Colinas do Tocantins em que a média de evasão entre 2016 e 2021 contabiliza 60% e o número de formaturas é demasiadamente baixo. Esses achados permitem depreender a urgência do desenvolvimento de políticas institucionais voltadas para: a reestruturação da formação de professores e a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos; a garantia das condições materiais de acesso e permanência dos estudantes; a melhoraria das condições de realização do trabalho pedagógico por parte dos professores; e a valorização do trabalho docente no processo de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Estas são condições mínimas essenciais para assegurar, para além do acesso, o direito à permanência, com qualidade, do discente que busca a carreira profissional de professor trabalhador no âmbito dos Cursos de Licenciatura da UFT e do IFTO, garantindo, portanto, a realização de um currículo real atualizado e de um processo de ensino aprendizagem efetivo e relevante.

## 5) Referências

- Antunes, R. (1999). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6. ed. Cortez/Editora da Unicamp.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Brasil/MEC. (2024). *Indicadores de Gestão/Taxa de Evasão (2017 a 2022)*. Plataforma Nilo Peçanha. <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>.

- Carvalho, R. F., Aguiar de Carvalho, D. D. (2019). Organização e gestão de cursos de licenciaturas em ciclos: implicações para a permanência estudantil. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 6, n. 18.
- Carvalho, R. F., Carvalho, D. D. A., & Lagares, R. (2019). Trilhas da Formação de professores no Brasil: a preponderância da instrumentalidade formativa sobre a efetividade político-cultural. In: *Formação de professores: currículo, saberes e práticas pedagógicas*. Rocha, D., Veiga, I. P., Santana, J. & Machado, L. C. (Orgs.). CERV, p. 221-236.
- Carvalho, R. F., Carvalho, D. D. A., & Macêdo, R. K. J. (2023). Política de formação discente em tempo ideal nos cursos de licenciaturas da UFT: aspectos teórico-práticos. *Revista Brasileira Educação do Campo*, v. 8, e15131.
- Carvalho, R. F., Lagares, R., & Fernandes, K. L. (2017). A educação superior brasileira no contexto da reforma do Estado e da educação. In: Carvalho, R. F., Melo, J. W. R. (Orgs.). *Política e Gestão da Educação Superior: Acesso e permanência em cursos de licenciaturas da UFT*. 1. ed. Appris, p. 37-61.
- Carvalho, R. F., & Mancebo, D. (2019, abr./jun). Apontamentos para a Formação de Professores na Perspectiva Ético-Política e da Filosofia da Práxis. *Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação*. V. 37, n. 2, p. 563-580.
- Carvalho, R. F., Souza, R. C., Bordin, M. C. T., & Aguiar de Carvalho, D. D. (2023). Formação subjacente à política e gestão das licenciaturas na UFT: o caso do curso de Filosofia. In: Duarte, F., Perius, O., & Amaral, R. A. P. (Orgs.). *Filosofia em debate*: v. 4. EDUFT.
- Carvalho, R. F., Lagares, R., & Aguiar de Carvalho, D. D. (2022). Abordagem filosófica da política/gestão da formação de professores na perspectiva substantiva/ético-política. *Conjectura: Filosofia e Educação (UCS)*, v. 27, p. 1 – 23.
- Carvalho, R. F., Lagares, R., & Aguiar de Carvalho, D. D. (2020, jan.). Trabalho docente instrumentalizado na política de formação de professores no Brasil: Uma abordagem histórica e teórico-filosófica. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 28 nº 15, p. 1-26.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. 43. ed. Paz e Terra.
- Gatti, B. A. (1997). *Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação*. Autores Associados.
- Ghiraldelli Jr. P. (1997). O que é um “bom professor”? O professor no discurso pedagógico do mundo moderno e contemporâneo. *Revista Educação e Filosofia*, 11(21/22), p. 245-262.
- Gramsci, A. *Cadernos do Cárcere*. (2006). Antônio Gramsci. v. 1, 4. ed. Trad.: Coutinho, C. N. et al. Civilização Brasileira.
- IFTO/CTO/PPC. (2018). *Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins*.
- Macêdo, R. K. J. (2021). *Mapeamento da formação discente em tempo ideal nos Cursos de Licenciatura da UFT*. Relatório de Iniciação Científica. Universidade Federal do Tocantins (UFT).
- Marx, K. (1982). *Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro - o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. Trad. Edgard Malagodi, et al. Abril Cultural.
- Mendes, O. M. (2022). A formação de professores no contexto educacional brasileiro. *Revista Educação e Filosofia*, 16(31), 75-91.
- Pavão, L. P. (2014). *A percepção institucional sobre a evasão escolar absoluta nos cursos de Artes e Filosofia/Palmas: gestores da administração superior e dos cursos*. Relatório de Iniciação Científica – Universidade Federal do Tocantins (UFT).
- Saviani, D. (2008). *A pedagogia no Brasil: História e teoria*. Campinas/SP: Autores Associados.

- Saviani, D. (2009). Formação de professores: Aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, 14(40), 143-155.
- Silva Jr, J. R. (2003). Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: Implicações políticas e teóricas. *Revista Brasileira de Educação*, s./v. (24), 78-94.

**ABSTRACT:**

The theme that we problematize and reflect on in this article is the debate on the training of working teachers in the tension between what is thought and what is done in the degree courses at UFT and IFTO. Our aim is to explain the contradiction between the formulation and realization of training in relation to the training of working teachers, using the UFT Philosophy and IFTO Computing degree courses as an illustration. The study, through bibliographical and documentary research, sought to grasp the training tension between the technical-instrumental and ethical-political dimensions of the courses under study and, from a critical-dialectical perspective, to grasp the empirical materiality relating to teacher training policy in the two institutions studied. The theoretical-practical effort made resulted in the contradiction between the formulation and implementation of teacher training at UFT and IFTO, revealing a high dropout rate and a long time for persistent students to complete the course. This reality is conditioned by external and internal elements which require, in order to overcome the internal obstacles and mitigate the external ones, the adoption of an institutional policy suited to the reality presented.

**KEYWORDS:** Teacher training policy at UFT and IFTO; Degree courses; Access and permanence; Training obstacles; Repercussions on the curriculum and teaching and learning.

**RESUMEN:**

El tema que problematizamos y reflexionamos en este artículo se circunscribe al debate sobre la formación del docente trabajador en la tensión entre lo que se piensa y lo que se realiza en las Licenciaturas de la UFT y del IFTO. Nuestro objetivo es explicar la contradicción entre la formulación y la realización de la formación en relación con la formación de profesores en ejercicio, utilizando como ilustración las carreras de Filosofía de la UFT e Informática del IFTO. El estudio, a través de investigación bibliográfica y documental, buscó comprender la tensión formativa entre las dimensiones técnico-instrumental y ético-política de las carreras estudiadas y, desde una perspectiva crítico-dialéctica, comprender la materialidad empírica de la política de formación docente en las dos instituciones estudiadas. Como resultado del esfuerzo teórico y práctico realizado, se puso en evidencia la contradicción entre la formulación y la implementación de la formación docente en la UFT y en el IFTO, revelando una alta tasa de deserción y un largo tiempo para que los alumnos persistentes concluyan el curso. Esta realidad está condicionada por elementos externos e internos que requieren, para superar los obstáculos internos y mitigar los externos, la adopción de una política institucional adecuada a la realidad presentada.

**PALABRAS CLAVE:** Política de formación docente de la UFT y del IFTO; Carreras de grado; Acceso y retención; Obstáculos a la formación; Repercusiones en el currículo y en la enseñanza y aprendizaje.